**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

VICTOR MOREIRA SOUZA

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL E A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO**

CAIAPÔNIA, GO

2019

VICTOR MOREIRA SOUZA

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO
SEXUAL E A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador (a): Prof. Esp. Yan Keve Ferreira Silva

CAIAPÔNIA, GO

2019

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	03
2 PROBLEMA	03
3 HIPÓTESES.....	04
4 JUSTIFICATIVA.....	04
5 REVISÃO DE LITERATURA	05
5.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	05
5.2 PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DE PALERMO E A LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA	06
5.2.1 Protocolo adicional à Convenção de Palermo	07
5.2.2. Legislação Penal Brasileira.....	09
5.2.3. Reflexos no Código de Processo Penal	10
5.3 OS TRÊS P'S: PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E PROTEÇÃO	11
6 OBJETIVOS	12
6.1 OBJETIVO GERAL.....	12
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
7 METODOLOGIA	13
8 CRONOGRAMA	15
9 ORÇAMENTO	16
REFERÊNCIAS.....	17

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

O tráfico de seres humanos é uma prática milenar que cresce exponencialmente na sociedade atual. Motivado por diversos elementos, como instabilidade econômica, política e social, pobreza, globalização, legislação deficiente, discriminação em relação à gênero e etnia, entre outros, é uma modalidade de crime organizado sendo considerada umas das atividades mais lucrativas do mundo.

Trata-se de uma prática muito complexa, que possui relação direta com princípios morais e éticos, pois viola cruelmente os direitos humanos no que tange à dignidade e a liberdade do indivíduo, incumbido ao Estado o dever de protegê-los. O delito apontado anteriormente é voltado, em especial para a exploração sexual, trazendo como principais alvos mulheres e crianças, que enfrentam maior vulnerabilidade por diversos motivos que serão apontados posteriormente.

Porém, há um grande debate no que diz respeito ao consentimento da vítima e sua incidência nos crimes de exploração sexual, ato este que dificulta a identificação do bem jurídico tutelado. Nota-se que o fato gerador em sua maioria envolve a vulnerabilidade dos indivíduos juntamente com a promessa de condições melhores de vida, mecanismos estes que são utilizados pelo agente criminoso.

Desta feita, o presente trabalho visa ao estudo do tráfico internacional de pessoas com foco na exploração sexual conduzindo os estudos de forma a aprofundar na questão do consentimento do ofendido. Ante o exposto, delimitou-se o tema da seguinte forma: Tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual e a questão do consentimento.

2 PROBLEMA

A questão que surge acerca do tema é a seguinte: O consentimento da vítima pode provocar o afastamento do crime?

3 HIPÓTESES

No que diz respeito à problemática outrora exposta, pode-se extrair as seguintes hipóteses:

- Em que pese o consentimento da vítima menor de idade, não há que se falar sobre a exclusão do crime.
- O consentimento da vítima maior de idade é válido e causa a exclusão do crime.
- O consentimento da vítima é considerado irrelevante, desde que não sejam utilizados quaisquer meios com a intenção de fraudá-lo.

4 JUSTIFICATIVA

O tráfico de pessoas é uma prática criminosa complexa e se apresenta de diversas maneiras, como o trabalho escravo, remoção de órgãos para comercialização, turismo sexual, prostituição forçada e voluntária, bem como outros serviços de cunho sexual. E, neste contexto, propõe-se a análise do instituto para fins de exploração sexual, com destaque na questão do consentimento (SOARES, 2015).

Em outras palavras, o tráfico humano se caracteriza no ato de mercantilização do corpo humano, tratando o indivíduo como um objeto de comércio visando ao lucro. Essa comercialização foi responsável no decorrer da história por criar e fortalecer comércios e impérios que se aproveitavam dessa prática, utilizando dentre diversas outras, principalmente o trabalho escravo e a exploração sexual.

Não obstante, nota-se que as lacunas legais apresentam dificuldades para combater o tráfico de pessoas, surgindo a necessidade de mudança da legislação diante do delito supracitado. Com isso, a ausência de amparo legal representa um Estado falho e que gera significativas consequências que violam a dignidade da pessoa humana.

Ademais, sabe-se que com o avanço da tecnologia os agentes criminosos possuem a sua disposição diversas ferramentas que são utilizadas para fins ilícitos. Com isso, os traficantes de pessoas sabem exatamente como localizar suas mercadorias, bem como, tem-se a globalização que disponibiliza recursos que potencializam a prática do ilícito.

Logo, se faz necessário compreender o fenômeno da exploração sexual em todos os seus aspectos, o quanto é imprescindível o seu combate, utilizando de todas formas que o Estado se dispuser para dar ao indivíduo a segurança jurídica que tem direito.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Ao analisar historicamente o tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual, nota-se que sua presença está intrínseca desde o período colonial. Mais precisamente entre os séculos XVI e XIX, as escravas negras eram forçadas a se prostituir pelos seus senhores. Posteriormente, com o fim da escravidão negra e a necessidade de mão de obra, o país se tornou foco de imigrantes, que conseqüentemente trouxeram escravas brancas para que fossem exploradas sexualmente (RODRIGUES, 2012, s. p.).

Os escravos transportados em navios negreiros eram submetidos a condições desumanas, quando muitos pereciam e vinham a sucumbir. Dentre os escravizados, havia mulheres e meninas negras que eram exploradas por seus “donos”. No mesmo sentido, Soares (2015, s. p.), preleciona que:

As condições de vida desses escravos eram as mais desumanas possíveis, já no traslado para o Brasil, segundo relatos, os negros, eram colocados como mercadorias amontoadas nos porões dos navios negreiros, os tumbeiros, que estavam infestados de insetos e sujeira; durante o percurso muitos africanos não resistiam aos maus-tratos e faleciam nesses porões, os cadáveres, muitas vezes, não eram retirados das masmorras dos navios negreiros; apodrecendo, assim, junto aos que resistiam no percurso dos portos Africanos até o Brasil.

Desta forma, em virtude do *status* de propriedade privada que as mulheres escravas detinham, não cabia a elas o direito de rejeitar quaisquer atos impostos pelos senhores, tanto da perspectiva comercial quanto para fins pessoais deles. Em sua obra “Mulheres, Raça e Classe” Ângela Davis (2016), retrata bem este papel a que as mulheres negras eram submetidas: “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (ÂNGELA DAVIS, 2016, p. 26).

Nota-se assim, que a mulher negra foi a primeira vítima do tráfico sexual no Brasil. Apesar da aplicação da conhecida Lei Áurea (Lei Imperial nº. 3.353), dentre tantas outras leis

aplicadas posteriormente a ela, e com o fim relativo da escravidão negra, a exploração sexual continuava com força total, mudando apenas seu foco principal, incluindo mulheres de diversas raças e até mesmo crianças (BRASIL, 1888).

No final do século XIX, com as dificuldades enfrentadas pelas leis abolicionistas, portas foram abertas para novas modalidades de exploração e comercialização do corpo humano, dentre elas, o sexo. Com isso, ampliou-se a exploração e o tráfico de mulheres, não se restringindo a raças, tendo foco principal a América do Sul, onde cidades como Buenos Aires e Rio de Janeiro serviam como entrada (RODRIGUES, 2012).

Utilizando-se de artifícios como casamentos fajutos e turismo, as mulheres entravam no Brasil, porém, por não conhecer a língua pátria acabavam por ficar ainda mais vulneráveis, “muitas delas assinavam contratos com seus exploradores, contratos esses elaborados de tal forma que elas se viam devedoras pelo resto da vida, como ocorre hoje, na chamada escravidão por dívida, muito comum nos rincões do Brasil”. (RODRIGUES, 2012, p.55).

Logo após a primeira guerra mundial, devido ao repúdio que a sociedade apresentava à prática da exploração, movimentos de nível internacional contra o tráfico de mulheres ganharam força, como também proteção as crianças. No ano de 1921 foi assinado um acordo nomeado de Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Criança, que posteriormente foi promulgado no Brasil por meio do decreto nº 23.812, de 30 de janeiro de 1934. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, s. p.).

Analisando todo o histórico, chegaram à conclusão de que os crimes de tráfico de pessoas alcançam-nas, independentemente do gênero. Com a intervenção das Organizações das Nações Unidas, bem como, Estados-Partes, foi instituído na metade do século XX, mais precisamente no ano de 1949, a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio. (CASTILHO, 2014).

5.2 PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DE PALERMO E A LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA

O tráfico internacional de pessoas possui ligação direta com a escravidão, já que é definido para muitos como escravidão moderna, devido ao crescimento desenfreado da prática criminosa.

O Código Penal Brasileiro trata da exploração sexual de forma concomitante com a prostituição. De acordo com a redação que dispõe a respeito da tipificação do crime, nota-se que a prostituição é considerada como mais uma forma de exploração, dentre várias outras existentes. No mesmo sentido, tem-se o Protocolo de Palermo no art. 3º, a, dispondo que “A exploração incluíra, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura [...]” (BRASIL, 2004). Neste sentido, entende-se que a prostituição não é a única forma de exploração apresentada no ordenamento jurídico.

Desse modo, o tráfico de pessoas é conceituado conforme um dos Protocolos Adicionais à Convenção de Palermo como:

[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2004).

Em consequência da globalização e do avanço tecnológico mundial, o crime organizado evoluiu consideravelmente, se adaptando rapidamente às mudanças e expandindo suas atividades ilegais. Expansão tamanha, que os legisladores na confecção das normas não conseguem acompanhar.

5.2.1. Protocolo adicional à Convenção de Palermo

Promulgado no dia 12 de março de 2014, pelo decreto nº 5.017, o protocolo adicional à convenção de palermo tem por finalidade essencial a “prevenção, investigação e repressão” do nomeado tráfico internacional de pessoas, possuindo maior abrangência no que tange a mulheres e crianças. Desta forma, o protocolo é considerado um instrumento essencial para a persecução penal do Estado, pois busca garantir a punibilidade dos agentes que praticam o delito supracitado (FERNANDES, 2014).

Estabelece o art. 5º do Protocolo, que cada Estado Parte deverá reunir esforços para que medidas legislativas sejam tomadas, a fim de prevenir os atos ilícitos previstos no artigo 3º da citada norma (BRASIL, 2004).

Portanto, prevê expressamente o artigo 3º sobre a tipificação do tráfico de pessoas, *in verbis*:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, **no mínimo**, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. (BRASIL, 2004, s. p, **grifo nosso**).

Desta forma, entende-se que o rol apresentado no artigo citado anteriormente é meramente exemplificativo, em virtude da expressão utilizada “no mínimo”. Destarte, o Código Penal Brasileiro também não apresenta todas as hipóteses, cabendo ao aplicador da lei a observância das leis esparsas que criminalizam estas condutas.

Além disso, com o intuito de preservar a dignidade da vítima, o citado protocolo determina que medidas de assistência, bem como, proteção à privacidade e identidade, serão tomadas por parte dos países signatários à Convenção. Destarte, a pessoa traficada poderá ser acolhida pelos Estado-Parte, temporariamente ou até mesmo permanentemente.

De acordo com a legislação vigente, a primazia da prevenção, repressão e punição é destinada a mulheres e crianças, em virtude da vulnerabilidade apresentada por estes indivíduos. Embora exista esta especificidade, o artigo 9, item 4, do Protocolo também prevê diversas situações de vulnerabilidade, como por exemplo, pobreza, subdesenvolvimento e entre outros. (BRASIL, 2004)

Sendo assim, a partir dos estudos feitos, conclui-se que os indivíduos de baixa renda encontram maior vulnerabilidade à prática de exploração. No mesmo sentido, preleciona Fernandes (2014, s. p):

Em levantamento realizado em 19 estados brasileiros, visando a investigar as vítimas preferenciais para o tráfico de pessoas, ficaram patentes que aquelas que se destinam ao tráfico para fins sexuais são recrutadas preferencialmente entre mulheres e adolescentes, afrodescendentes, na faixa entre 15 e 25 anos. As mulheres são as da classe menos favorecida, com baixa escolaridade, residentes na periferia dos grandes centros urbanos, desprovidos de saneamento básico, sem emprego fixo, possuindo um filho e que residem com algum familiar.

Apesar do Brasil ser signatário ao Protocolo de Palermo, há divergências quanto a sua aplicação já que cada país possui uma realidade diferente, devendo os Estados adaptá-los ao corpo social. Com isso, entende-se que o Protocolo não se trata de uma fórmula universal, pois deve ser adaptável de acordo com as necessidades de cada país. Diante disso, serão analisadas, a partir da perspectiva penal brasileira, as medidas a serem adotadas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

5.2.2. Legislação penal brasileira

Embora o Código Penal brasileiro não trate especificamente de todas as hipóteses acerca do crime de exploração sexual, há no ordenamento jurídico pátrio legislações esparsas que criminalizam algumas das condutas tipificadas no protocolo, pois o documento aponta que é de obrigação dos países signatários a criminalização do tráfico. No mesmo sentido, preleciona Rodrigues (2012, p. 128):

O enfrentamento ao tráfico de pessoas é mister que encontra respaldo constitucional por estar diretamente ligado com a obrigação estatal de proteção dos direitos humanos no território brasileiro. Porém, o legislador deve criminalizar as condutas com parcimônia, de acordo com as necessidades do País.

Neste sentido, vejamos quais dispositivos estão tipificados no Código Penal brasileiro em conformidade com as normas determinadas no protocolo. A princípio, tem-se o instituto nomeado como “redução a condição análoga à de escravo”, disposto no artigo 149 do referido Código, que apresenta punição ao indivíduo que reduz a outrem à condição de escravo, pena de 2 a 8 anos e multa, além da pena correspondente à violência, sendo agravada nos casos de crime cometido contra criança. (BRASIL, 1940, s. p.)

O referido artigo apresenta controvérsias em virtude da alteração apresentada pela Lei nº 10.803/2003, que restringiu sua aplicação quanto ao sujeito passivo que antes era comum e passou a ser especial, exigindo assim vínculo empregatício com o sujeito ativo. Além disso, o crime passou a ser vinculado quanto às formas de execução, devendo ser respeitado o que dispõe o artigo 149 e o §1 (BRASIL, 2003).

Com a finalidade de atender as exigências do Protocolo Adicional de Palermo, foi criado o artigo 231– tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual, um tipo penal específico, que pune com reclusão de 3 a 8 anos, indivíduo que promover ou facilitar a entrada

em território nacional, pessoa que venha a desempenhar atividade de prostituição ou outra forma de exploração sexual, tanto como promover ou facilitar que alguém se prostitua em país estrangeiro. Segundo o § 1º do mesmo artigo, incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (BRASIL, 1940).

Mas posteriormente, com o advento da Lei nº 13.344/2016, foi dada uma nova redação ao artigo citado anteriormente, agora disposto no artigo 149-A do Código Penal, *in verbis*:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;

IV - adoção ilegal; ou

V - exploração sexual.

Além da inclusão de novas modalidades para a tipificação do crime, a pena foi aumentada, sendo de reclusão de 4 a 8 anos, e multa. Podendo a pena ser aumentada de um terço até a metade nos casos em que o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções, bem como, se cometido contra crianças, adolescentes, pessoas idosas ou com deficiência, entre outros, conforme dispõe os incisos do artigo 149-A. (BRASIL, 1940)

Diante do exposto, nota-se que com a alteração foram inseridas novas condutas típicas, visando coibir a prática do crime e resguardar a dignidade da pessoa humana. Pois com a fragilidade financeira em que países como o Brasil se encontram, torna-se propícia a propagação de práticas criminosas como o tráfico de pessoas, devido à vulnerabilidade dos indivíduos explorados, bem como o ilícito representa a válvula de escape para a sobrevivência.

5.2.3 Reflexos no Código de Processo Penal

Com o advento da Lei nº 13.344/2016, houve a alteração do Código de Processo Penal em seu artigo 13-A, a saber:

Art. 13-A. Nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158 e no art. 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). O membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder públicos ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos. (BRASIL, 1941).

Desse modo, dispõe o referido artigo em rol taxativo os crimes em que as autoridades públicas podem ter acesso a dados cadastrais no processo de investigação. Portanto, os delitos estabelecidos pelo referido instituto são: sequestro e cárcere privado, redução a condição análoga à de escravo, tráfico de pessoas, extorsão qualificada e extorsão mediante sequestro. Contudo, as medidas tomadas não podem violar a privacidade do investigado, sendo necessário cautela na utilização das medidas pelas autoridades públicas.

No mesmo sentido, prelecionam Rogério Sanches e Ronaldo Batista Pinto (2017, p. 192):

Em suma: a mera informação a respeito de dados cadastrais, não implicará em quebra de sigilo, posto que admitida pela doutrina e jurisprudência e, agora, autorizada expressamente pela lei em exame. A extrapolação, porém, a tal permissão, reclamará sempre a prévia autorização judicial, face ao teor da cláusula constitucional de reserva de jurisdição. A propósito, dispõe o art. 10 da Lei Complementar nº 105/2001, que “a quebra de sigilo, fora das hipóteses autorizadas nesta Lei Complementar, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa, aplicando-se, no que couber, o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Diante do exposto, entende-se que caso seja necessário para a investigação, as autoridades podem solicitar os dados cadastrais do investigado, desde que respeitem a privacidade dele, ato este que pode ferir diretamente direito constitucional do indivíduo.

5.3 OS TRÊS P’S: PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E PROTEÇÃO

O Protocolo de Palermo é regulado em três eixos, na prevenção, punição e proteção, nomeados como “os três P’s”. Nas palavras de Thaís de Camargo Rodrigues (2012, p. 141):

A prevenção, consiste na adoção de medidas com o escopo de reduzir fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades, que tornam as pessoas vulneráveis ao tráfico; a punição afetiva dos traficantes, por meio de criminalização de condutas e cooperação internacional; e, finalmente, a proteção ou atenção às vítimas desse crime, respeitando plenamente seus direitos humanos.

Desta forma, entende-se que o protocolo busca estabelecer mecanismos contra o crime de tráfico de pessoas, não sendo possível estabelecer conclusões acerca de sua efetividade, embora estabeleça medidas de prevenção, punição e proteção às vítimas deste crime. Desta forma, apesar desse esforço permanecem lacunas legais a serem preenchidas, em virtude de sua constante adaptação às realidades sociais de cada país signatário ao protocolo.

O decreto n. 5.948/2006, implementou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com o objetivo de estabelecer métodos de prevenção, repressão a prática e meios de proteção as vítimas, bem como a criação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). A Política é voltada aos princípios da dignidade humana, a não discriminação, além do respeito mútuo em relação aos tratados e convenções de direitos humanos (BRASIL, 2006).

Sendo assim, a convenção de Palermo é composta por três protocolos adicionais. Neste sentido, aponta Balbino (2017, p. 13):

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea; Protocolo Adicional a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças e Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças, Componentes e Munições.

Diante o exposto, devido ao Estado Democrático de Direito que compõe o corpo social, não se pode admitir que as convenções sobre os direitos humanos sejam violadas e haja ofensa aos direitos de cada indivíduo.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Demonstrar aspectos pertinentes à aplicação da legislação com o intuito da prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, analisando a respeito do consentimento do ofendido, com base em entendimentos doutrinários, sem que reste comprometida a dignidade da pessoa humana.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discorrer a respeito do amparo legal com relação à punição do Tráfico de Pessoas com o intuito de Exploração Sexual.

- Investigar a legislação penal no ordenamento jurídico pátrio e a efetividade quanto ao Protocolo de Palermo, analisando a congruência dos dispositivos legais.
- Observar os preceitos que integram a Convenção Nacional ao Protocolo de Palermo com observância ao cumprimento por parte dos países signatários, ou seja, aos Estados- Partes, levando em consideração a prevenção, a repressão e a punição a prática do Tráfico Internacional de Pessoas.
- Analisar a questão do consentimento do ofendido e a possível exclusão do crime na configuração deste.

7 METODOLOGIA

Pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo possibilitar respostas as questões que são propostas. A pesquisa deve ser desenvolvida utilizando dos conhecimentos disponíveis, além da utilização de métodos, técnicas entre outros procedimentos científicos. (GIL, 2002).

Desse modo, a metodologia consiste em um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos, que serão utilizados para obter o resultado almejado, ou seja, o estudo e a análise de determinado problema, empregando uma linha de raciocínio para atingir determinado fim.

Sendo assim, o procedimento de pesquisa a ser realizado neste trabalho pode ser classificado como bibliográfico, explicativo, dedutivo e qualitativo.

Quanto ao procedimento optou-se pela pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, sites da internet, bem como a pesquisa documental por meio de leis, sintetizando os conhecimentos adquiridos, objetivando clareza e coerência com o tema proposto. Nas palavras de Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” [..].

No que se refere aos objetivos, a pesquisa determinar-se-á como explicativa possuindo o condão de identificar e determinar os fatores que visam explicar a ocorrência do fenômeno do Tráfico de Pessoas com fins de exploração sexual e elucidar acerca do respaldo jurídico para a punição do ilícito.

Quanto à metodologia, esta pesquisa realizar-se-á pelo método dedutivo. Esta opção se justifica porque o referido método, segundo Prodanov e Freitas (2013), parte do conhecimento

geral e aprofunda-se aos conhecimentos específicos sobre determinada área, partindo de princípios, leis e teorias de fontes seguras e verídicas, analisando a ocorrência de fatos com base na lógica.

Em se tratando da abordagem, a pesquisa é qualitativa, a qual segundo Prodanov e Freitas (2013), as informações coletadas neste método representam o maior número de elementos acerca da realidade estudada, embora não haja preocupação no que tange à comprovação das hipóteses estudadas. Elas apontam a análise, bem como, a interpretação dos dados recolhidos.

De todo o exposto, utilizou-se como suporte para a elaboração do trabalho científico, doutrinas, leis, bem como, artigos científicos, com o escopo de esclarecer as hipóteses apresentadas.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1°	2°	3°	4°
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas			08-09/2019	
Elaboração do projeto			09/2019	10/2019
Entrega do projeto final ao orientador e defesa				10/2019
Reformulação do projeto e entrega à coordenação				11/2019
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema	02/2020			
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos	03/2020			
Análise e discussão dos dados		04/2020		
Elaboração das considerações finais		05/2020		
Revisão ortográfica e formatação do TCC		06/2020		
Entrega das vias para a correção da banca		06/2020		
Arguição e defesa da pesquisa		06/2020		
Correções finais e entrega à coordenação		06/2020		

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Un.	Qtde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Resma de papel A4(75g/m ²)	un	1	20,00	20,00
Impressão	un	57	0,30	17,10
Encadernação em espiral	un	3	5,00	15,00
Correção e formatação	un	12	4,00	48,00
Total				100,10
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

- BALBINO, V. A. N. *Tráfico Internacional de Pessoas para Fins de Exploração Sexual*. 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5003/1/TCC%20VANESSA%20ALVES%20NERY%20BALBINO-%20%20C3%9ALTIMA%20VERS%C3%83O..pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm>. Acesso em: 28 out. 2019.
- _____. Presidência da República. Decreto 5948, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 out. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm>. Acesso em: 28 out. 2019.
- _____. Presidência da República. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, RJ, 31. dez. 1940. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 29 out. 2019.
- _____. Presidência da República. *Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004*. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. *Diário Oficial [da] República Fede.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm. Acesso em: 18 out. 2019.
- _____. Presidência da República. *Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016*. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13344.htm. Acesso em: 1 out. 2019.
- _____. Princesa Imperial Regente. *Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888*. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.
- CASTILHO, E. W. V. *Tráfico de pessoas: Da convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo*. 2014. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/publicacoes/docs_artigos/artigo_trafico_depessoas.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Convenção para a Supressão do Tráfico de Mulheres Maiores*. 2015. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvSuprTrafMulhMaio.html>>. Acesso em: 29 out. 2019.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, D. A. *A Convenção de Palermo e o tráfico de pessoas*. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31719/a-convencao-de-palermo-e-o-traffic-de-pessoas>> Acesso em: 1 set. 2019.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. D. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RODRIGUES; T. C. *O Tráfico Internacional de Pessoas para Fim de Exploração Sexual e a Questão do Consentimento*. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-30102012-102346/publico/REDACAO_FINAL_Thais_de_Camargo_Rodrigues.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.
- SANCHES, R.; PINTO, R. B. *Tráfico de Pessoas: Lei 13.344/2016 Comentada por Artigos*. Salvador: JUSPODIVM, 2017.
- SOARES, A. M. S. *Da escravidão legalizada ao trabalho escravo ilegal*. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/36508/da-escravidao-legalizada-ao-trabalho-escravo-ilegal>>. Acesso em: 16 out. 2019.